

País não perde nada se a Argentina não pagar

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O não pagamento do débito de US\$ 50 milhões contraído pela Argentina com o Brasil, no âmbito do "pacote" de auxílio financeiro de emergência de US\$ 300 milhões montado em março passado juntamente com o México, a Venezuela e a Colômbia, não trará prejuízos ao governo brasileiro que tem, com os argentinos, um débito de US\$ 60 milhões, resultante do último fechamento da conta bilateral de comércio, no convênio de crédito recíproco mantido entre os dois países. Feito o acerto de contas, o Brasil terá ainda um débito de US\$ 10 milhões.

Contudo, para o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, a decisão do governo de Buenos Aires, de não honrar o compromisso assumido, configura "um fato de indiscutível gravidade", principalmente em função das repercussões que essa decisão terá tanto no mercado financeiro internacional quanto no comportamento futuro dos países devedores da América Latina.

Ikeda disse ao **Estado** que não conhece a posição oficial do governo a respeito do anúncio argentino, mas considera que não há o propósito de pressionar o presidente Alfonsín, até porque as tradicionais relações econômicas entre o Brasil e a Argentina permitem que haja uma ampla flexibilidade em relação a este problema.

O governo brasileiro, segundo

Ikeda, tem certeza de que Buenos Aires honrará o seu compromisso, e que sua atitude não configura propriamente uma moratória, pois os argentinos disseram apenas que estão impossibilitados de honrar, agora, o compromisso assumido. Tecnicamente, para que ocorresse uma moratória, eles teriam de anunciar uma suspensão unilateral de todos os pagamentos internacionais por um determinado período e estabelecer condições para reiniciar esses pagamentos.

EM CARTAGENA

O chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento acha que a questão argentina deverá assumir ênfase especial no decorrer dos debates que serão realizados em Cartagena, na Colômbia, nos dias 21 e 22 do corrente, com a participação de ministros do Exterior e das Finanças da própria Argentina, do Brasil, Colômbia, Peru, Equador, México e Venezuela.

Ele não soube dizer se o impasse entre a administração argentina e o FMI e a retirada do apoio financeiro dos Estados Unidos a Buenos Aires, até que haja acordo com o Fundo, vai contribuir para mudar os rumos das discussões em Cartagena, mas assegurou que, da parte do governo brasileiro, é firme o propósito de evitar que da reunião dos sete possa surgir qualquer decisão tendente a estimular uma renegociação coletiva da dívida dos países latino-americanos, ou mesmo apenas dos participantes do encontro.